

Periferias regionais no Brasil contemporâneo

RESUMO

Este artigo propôs pensar periferias regionais através da categoria territórios de pobreza a partir dos territórios rurais e da cidadania. Sem negar o passado, tampouco desconsiderar o presente e o futuro, propondo uma saída de emergência ao questionar dados estatísticos pelo conceito de território usado proposto por Milton Santos e pela recente ideia de políticas espaciais. Por isso, este artigo tem por objetivo refletir a pobreza alterada no interior do Brasil nos anos 2000 associada a ideia de suas permanências e continuidades. Organizando um percurso ao pensamento teórico e metodológico quanto ao retorno do território no primeiro decênio do século XXI relevando outras regionalidades, como as periferias regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Regionalidades; Territórios de pobreza; Combate à pobreza; políticas espaciais.

Wesley da Silva Medeiros

wesley.arquitetura@usp.br

Universidade de São Paulo. São Carlos.
São Paulo. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A ideias de periferias regionais emergem no período recente por duas inflexões na história urbana brasileira. Um contexto relacionado aos processos dos quais surgiram, e ainda se mantém: as ideias de cidade formal e informal, mercado legal e ilegal, pobreza urbana, cidadania, raça e violência urbana e segregação urbana. Tais ideias resultam da relação centro-periferia em manchas metropolitanas (MARICATO, 1996; VILLAÇA, 1996 e GROSTEIN, 2015). A segunda questão consiste no interesse pela categoria “territórios de pobreza” ao considerar que as categorias “formal e informal” por exemplo, não sirvam a explicar, talvez, a ideia de periferias regionais. A este fato, evidente o retorno do território ao planejamento de políticas e planos às intervenções sociopolíticas de combate à pobreza no interior dos estados. Um conjunto de manchas municipais que ao nosso entendimento significam a forma pelo qual o governo delimitou a regionalização da pobreza no interior das desigualdades regionais.

Isso, porque, prevalece, em medidas diferentes, a clássica divisão campo e cidade, urbano e rural, território e regional, categorias importantes à interpretação de mudanças e continuidades da extrema pobreza conhecida pelos números espacializados em mapas. Isto é, conhecida mais pelos relatórios oficiais de governo, como: IDHM¹, índice de GINI², o IVS³, além do IFDM⁴ e outros indicadores socioeconômicos. Os indicadores, retratam alterações da realidade socioeconômica em relação aos tempos pretéritos delineando o interesse por uma categoria de análise social e política da pobreza.

A ideia de pensar uma categoria de análise desses lugares no interior do país formula-se a partir do combate à pobreza nas agendas de planejamento nos anos 2000. Além disso, visa estabelecer um diálogo do urbanismo enquanto ciência do urbano e da cidade com os sujeitos expropriados dos direitos sociais, a terra, a moradia, aos insumos de produção, aos direitos trabalhistas e dos mercados formais. Também, contrapõe a ideia dos números por se tratar da forma mais usada à explicação da fome, por exemplo, como sendo uma variável enfrentada pelas ações públicas. Observados em relatórios estatísticos⁵, a política dos

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal considerando três dimensões: longevidade, educação e renda.

² Dado estatístico usado para medir a desigualdade usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das variáveis 0 a 1. Sendo que, o valor zero corresponde a completa igualdade e o valor um a completa desigualdade.

³ Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Constituído por dados do IBGE considerando três dimensões: I – a Infraestrutura Urbana; II- o Capital Humano; e III - a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes dos domicílios.

⁴ Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal composto por dados mais atualizados das instituições públicas, como: emprego e renda, saúde e educação. Além de considerar o município com desenvolvimento: alto, moderado, regular e baixo.

⁵ Relatórios de Informações Sociais (2019) do Ministério da Cidadania dando continuidade à transparência do Ministério do Desenvolvimento Social nos governos Lula e Dilma. Disponível: <http://twixar.me/4Zc1>. Acesso: junho de 2019.

Comparando a Redução Recente da Pobreza e Extrema Pobreza entre os Estados Brasileiros (2013).

Disponível: ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/EnfoqueEconomicoN80_04_10_2013.pdf. Acesso: junho de 2019.

Relatórios Institucionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). Disponível:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=76&Itemid=1. Acesso: junho de 2019.

Desenvolvimento Social: Relatórios de Atividades / Técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/150>. Acesso: junho de 2019.

Base de dados do Atlas da Vulnerabilidade Social – relatórios (2015). Disponível:

<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/biblioteca>. Acesso: junho de 2019.

números quantifica pobres, os que deixam a linha da pobreza e, por outro lado, se mantém numa linha de vulnerabilidade social (IVS, 2015).

Figura 1: Uma ideia de como o sujeito em extrema pobreza é tratado pelos dados estatísticos.



Fonte: elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano (2010) e o Atlas da Vulnerabilidade Social (2015). As fotos são do documentário “garapa” do cineasta José Padilha lançado em 2009, disponíveis em diversas redes sociais.

Sendo assim, propõe-se neste artigo que a categoria territórios de pobreza possibilite percursos teóricos e metodológicos ao amadurecimento da ideia periferias urbanas. Por isso apontamos algumas preposições:

- Primeiro, da academia estudar territórios a partir dos tempos pretéritos onde a extrema pobreza se constituiu, portanto, trazendo ao cenário de pesquisa as diferenciações e identidades territoriais. Isso, porque, a pesquisa parece-se atentar mais a coleta de dados institucionais ou visitas in loco (muito rápidas) a entrevistas, por exemplo. E assim, não conseguem enxergar o tecido social como ele realmente é, reforçando a ideia da pobreza dos manuais negligenciando a pobreza com suas virtudes, tessituras e contingências, admissíveis de serem apreendidas através da pesquisa com o Outro em seu espaço de vida;

Base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – relatório (2010). Disponível:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso: junho de 2019.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso: junho de 2019.

Desigualdade e pobreza. Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2019). Disponível:

<https://cps.fgv.br/temas/renda-e-bem-estar/desigualdade-e-pobreza>. Acesso: junho de 2009.

Oxfam Brasil (2017) - relatório técnico. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une>. Acesso em: novembro de 2018.

- A categoria pressupõe que o tempo subjetivo onde se encontra a experiência da existência só consiste se abandonarmos a categoria objetiva das variáveis estatísticas. Sendo, um dos percursos importantes a mensurar a pobreza e a potencializar o combate à pobreza por modos de vida existentes entre identidades e diferenciações, escassez e sobrevivência. Não se nega a política dos números nem o esforço por trás, mas sua finitude e amplitude deve ser considerada ao cruzamento com as subjetividades;
- Terceiro, que as ações públicas dos anos 2000 opera alterando cenários de sobrevivência e existência dos tempos pretéritos trazendo ao recente debate a questão: quais formas a pobreza encontrou ao final do governo Dilma em 2016 entre sujeitos e o território;
- Por fim, que a pesquisa com o Outro deve se tornar uma ação pública saindo das fronteiras acadêmicas, pois sua grandiosidade se encontra na apreensão dos graus de contingências subjetivas e objetivas que os números não conseguem apreender, por mais sofisticado que sejam seus métodos. Direcionando ações públicas aos grupos sociais, ao poder público, agentes sociais e ao território. Já que a questão “aprender encarar a pobreza como ela é, no interior da vida” podem repercutir comportamentos institucionais e governamentais quanto às ações públicas.

Por isso, este artigo tem por objetivo demonstrar reflexões orientando a pesquisa nos estudos urbanos ao tema periferias regionais. Considerando o debate com interlocutores, pesquisas próprias sobre os territórios rurais, da cidadania e as políticas espaciais. Além do conhecimento empírico in loco de territórios em extrema pobreza passando por processos de urbanização nos anos 2000. Este artigo se configura dessas observações procedimentais organizando um percurso ao pensamento teórico e metodológico quanto ao retorno dos territórios no primeiro decênio do século XXI relevando outras regionalidades, como as periferias regionais.

2 O CERNE DAS PERIFERIAS REGIONAIS

A nova institucionalidade⁶ e a formulação das políticas nacionais, significou um dos momentos mais importantes desde os anos 50, quando as políticas públicas foram incorporadas em ações públicas de Estado e de governos. Caracterizando os anos 2000, como sendo, um dos períodos de planos e políticas públicas. Conduzindo o pensamento social, político, econômico e urbano da história urbana e social no Brasil (Rizek, 2012). Estas políticas não constituem o único aspecto deste momento na história; há também uma nova forma de articulação entre União, estados e municípios, mediados pelo território, ou ainda, por agentes que os representam (Gallo, 2013).

Esta articulação, segundo o autor, consolida-se através de ações institucionais conduzindo recursos públicos às infraestruturas regionais e aos repasses da União

⁶ Entende-se a dimensão social e política das Instituições de Governo com ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades. Entre o esforço, os desafios, limites, erros e horizontes estabelecidos. Possíveis, ainda, de serem observados nas políticas e planos nacionais de desenvolvimento.

aos municípios. Isso porque a ação dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria passaram a ser administrados pelo sistema Sinconv. Nesse sentido, ele organiza o uso do território por instituições⁷ com seus planos, políticas e programas de investimentos.

Ademais, esta construção de planos e políticas nacionais demonstram terem um fundamento em comum a partir de análise desenvolvida pela por Marília Steinberger nos anos 2000 quanto as políticas urbanas, regionais, rurais, ambientais e territoriais. Este DNA em comum é o conceito de “território usado” como sendo um quadro da vida social e política em oposição ao pensamento da soberania do Estado pelo dado administrativo, delimitado, escala física e estatística. Isso, foi notado por (STEINBERGER, 2013⁸) na política ambiental (p.115); política de ordenamento territorial (p.141); política nacional de desenvolvimento regional (p.163); e as políticas para o meio rural (p. 203). Mais ainda, notou-se o mesmo DNA na política de desenvolvimento produtivo 2008-2011 (p.227); a política de turismo (p. 245); a política habitacional (p.265); a política nacional de logística e transportes (p. 287) e; a política de governo eletrônico e a inclusão digital (p. 305). Por isso, a autora propõe que estas políticas não sejam mais consideradas sociais e econômicas, apenas, nem mesmo setoriais, pois são espaciais por introduzirem em seus conteúdos o interesse tão evidente pelo espaço geográfico tal qual proposto por Milton Santos: um sistema de objetos (fixos) e um sistema de ações (fluxos). Tornando o território um elemento de planejamento do Estado à efetividade de sua soberania não mais pela visão estatística e geométrica do espaço geográfico mais pelas dinâmicas que o definem como palco da vida entre diferenciações e identidades.

Esse contexto está relacionado à nossa leitura institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) uma leitura socioeconômica de territórios designados em extrema pobreza. A primeira ação pública foi a constituição de territórios rurais, ou seja, escalas territoriais contendo municípios com o mesmo perfil estatístico quanto a pobreza. A proposta buscou ampliar estratégias econômicas da política rural com ênfase ao enfrentamento da pobreza (GERALDI, 2012). A segunda ação foi desenhada em 2008 com a designação também de escalas territoriais, mas, classificados por territórios da cidadania, sendo o objetivo: ampliar as políticas sociais de forma mais rápida considerando o atraso tecnológico, isolamento geográfico, fragilidade na formação técnica dos agentes públicos, ausência de organizações não-governamentais, ausência de movimentos sociais e outras experiências com a pobreza regional (MDA, 2008).

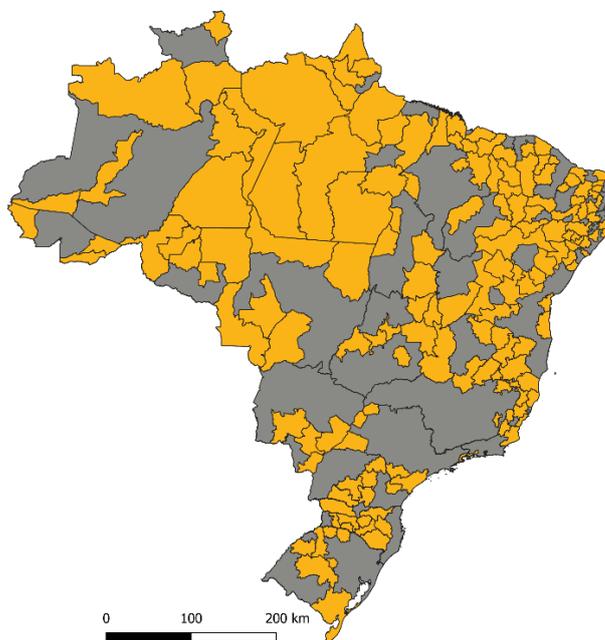
Em todos os estados da federação redes de cidades isoladas e com altos índices de pobreza e vulnerabilidades foram receberam intervenções sociopolíticas de combate à fome, a seca e a pobreza. A questão é que os dois

⁷ Referência aos investimentos dos ministérios: da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, de Abastecimento e Pesca, das Cidades e do Meio Ambiente

⁸ Pesquisa desenvolvida pela pesquisadora, economista e professora da Universidade de Brasília no programa de pós-graduação em geografia com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa teve início em 2006 e finalizada em 2009 intitulada de “Políticas públicas espaciais: concepção teórica e formulação empírica”. Os resultados foram publicados no livro “Território, Estado e políticas públicas espaciais (2013)”. E em 2017 no livro “Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais”.

programas terminaram com o governo Dilma⁹. E, sabe-se muito pouco sobre os efeitos territoriais após execução de estratégias, ações e metas. Com a crise do governo Dilma, o impeachment, passagem do governo Temer e entrada do governo Bolsonaro, a crise desses programas parece significativa ao planejamento territorial e combate à pobreza. A última publicação oficial foi sobre os territórios da cidadania coordenada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/ MDA) em parceria com a UFPE¹⁰ e UFPR¹¹. A execução do programa territórios da cidadania foi de 2008 a 2012 mais que em tão pouco tempo foi considerado mecanismo ao planejamento das instituições quanto ao território como unidade de planejamento, gestão social, integração, intersetoriedade política e ação interfederativa (BRANDALISE, 2014).

Figura 2. Territórios rurais criados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial em 2004.



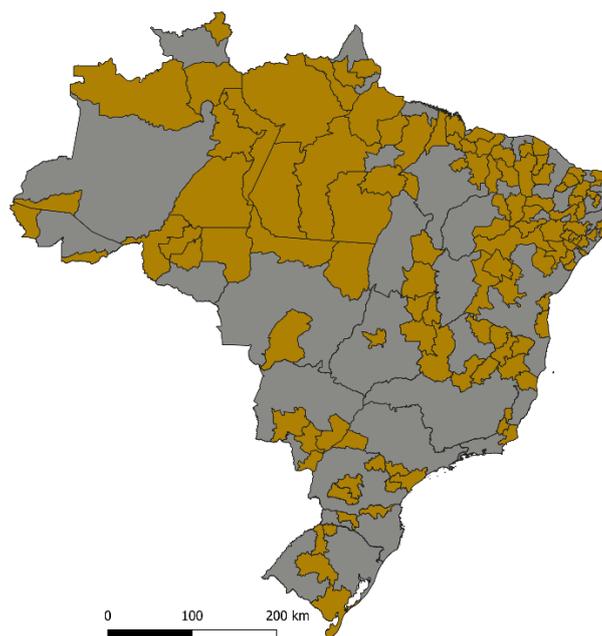
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis no Sistema de Informações Territoriais (2019).

⁹ A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informa dados do programa datado de 2015. Mas, não há informações se o programa prevalece como estratégia de desenvolvimento rural e combate a pobreza. Por outro lado, nota-se que em 2015 havia pretensão do aumento do número de municípios em relação aos de 2004 (164 territórios rurais) para 239 territórios rurais. Informação em: Territórios Rurais - Informações para Acesso ao PNAE (2015). Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/territ%C3%B3rios-rurais-informa%C3%A7%C3%B5es-para-acesso-ao-pnae-0>. Acesso: setembro de 2019. Já o Programa Território da Cidadania tinha previsão de continuidade conforme nota da extinta secretaria de Desenvolvimento Territorial: Pelo desenvolvimento produtivo dos territórios (2016). Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pelo-desenvolvimento-produtivo-dos-territ%C3%B3rios>. Acesso: setembro de 2019.

¹⁰ Universidade Federal de Pernambuco.

¹¹ Universidade Federal do Paraná.

Figura 3: Territórios da cidadania criados em 2008 pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis no Sistema de Informações Territoriais (2019).

Poder-se-ia estudar essas classes de territórios à formulação da ideia periferias regionais. A questão, portanto, é que esses territórios foram conhecidos por indicadores de pobreza na primeira década do século XXI. E no período recente parece improvável encontrar permanências dos tempos pretéritos, embora, possa-se pensar em mudanças e continuidades desconhecidas já que os dados estatísticos não estão mais atualizados no Sistema de Informações Territoriais. E a proximidade do Censo Demográfico 2020 oferece a oportunidade em tecermos hipóteses a um pensamento teórico e metodológico do que sejam esses territórios. Uma segunda questão, parece evidente pelo IVS (2015) alterações entre 1991, 2000 e 2010 (censos demográficos). Como este foi o último índice de pobreza criado no governo Dilma, parece evidente o consenso de alterações no que se refere a extrema pobreza, por outro lado, também é consenso que esta característica dos territórios é destituída, mas minimizadas. Mesmo assim, não seria possível traçar um perfil estatístico ou reflexivo sobre constituições nesses contextos, ora pela ausência de dados, ora pelo esquecimento político e acadêmico dos territórios e programas de governo.

Por isso, a importância de começarmos pelo pensamento miltoniano do território a fundamentamos a categoria pela qual seja possível teorizar periferias regionais. Milton Santos (1998) ao propor que o território não se trata de uma escala físico territorial como pensado nos manuais sobre Estado e soberania. Inverte a visão do território geométrico ao território em movimento, retirando ações públicas ao território físico receptor dessas ações. E, o coloca como sendo palco das ações humanas, isto é, não há como estabelecer o grau de pobreza pelas variações altas, médias ou baixas, como encontradas em índices. Claro, há nesta interpretação uma visão do ponto de vista urbanístico da categoria, certamente diferente de autores da geografia.

O território usado repercute um estado de forças sociais e políticas orientando o rigor técnico institucional às ações públicas coerentes com o conteúdo dos lugares a intervenções sociopolíticas. O Estado precisa aprender intervir, ou, ações públicas podem diminuir a pobreza, mas seu retorno é irremediável quando a realidade não é desvendada como ela realmente é.

Sendo assim, a categoria pressupõe ser uma forma espacial, política, cultural e social a contingência da intervenção estatal ampliando contextos que apenas os dados estatísticos não poderiam produzir. Isso, porque, o tema “combate à pobreza” foi tão difundido nos governos Lula e Dilma, e foram tantos relatórios mostrando outras cartografias das desigualdades, por exemplo, que parece difícil acreditar no recente retorno das desigualdades diversas.

A questão é que a ideia de políticas espaciais e o território usado levam-nos a pensar territórios rurais e da cidadania, como sendo, início de uma ideia não usada – periferias regionais, em oposição às periferias urbanas no centro do debate acadêmico e político das políticas urbanas e sociais.

Considerando a força do território palco das ações humanas e não uma escala administrativa ao exercício da soberania. Já que homens e mulheres transformam a ideia do território estático com suas formas de vida, existência, sobrevivência, lutas, conflitos, contradições e experiências temporais. Levando-nos ao território enlaçado pelas dúvidas e a experiência do que seja sobreviver com a negligência do Estado.

Portanto, experimentar a escassez movimenta o território pelas ações e práticas aprendidas pelo ato de sobreviver, existir e coexistir. Mesmo fora do imaginário da cidadania e próximos de serem espectros aos dados estatísticos. Se estas tessituras movimentam o território criando a coexistência entre “ações, práticas e cotidiano”, evidente que Santos soube nos passar o modo de pensar ações públicas ao território, como sendo, uma entidade atemporal da vida. E por isso, entende-se que as permanências e continuidades dos tempos pretéritos reforçam a ideia de periferias no interior dos estados alterando a noção do atraso como sendo categoria do subdesenvolvimento.

Por isso, observar baixos índices socioeconômicos é uma técnica à evidência da realidade territorial. Mas, observar o mesmo lugar com seus usos e os sujeitos usando, vivendo e praticando o território atemporal, define a ideia de periferias regionais objeto de políticas espaciais ao enfrentamento da pobreza. Isto é, oportuniza pensar a questão regional de periferias no interior dos estados como sendo um campo teórico a especificidade – territórios de pobreza em processos de urbanização.

3 O FUNDAMENTO DE OS TERRITÓRIOS DE POBREZA

A criação dos programas territoriais, mesmo retornando ao pensamento miltoniano do retorno do território (1998), não nos obriga a trabalharmos a necessidade de uma nova ontologia do território, pois este autor deixou chaves importantes, como a categoria em questão para pensarmos outras questões espaciais e regionais. A novidade, porém, é que o território está sendo pensado neste artigo pelo olhar urbanístico sob urbano-regional num quadro de mutações desencadeadas entre o pensamento de Oliveira (2003) e Bacelar (2013). Talvez, diferente do olhar geográfico como a proposição de arranjos urbanos-regionais

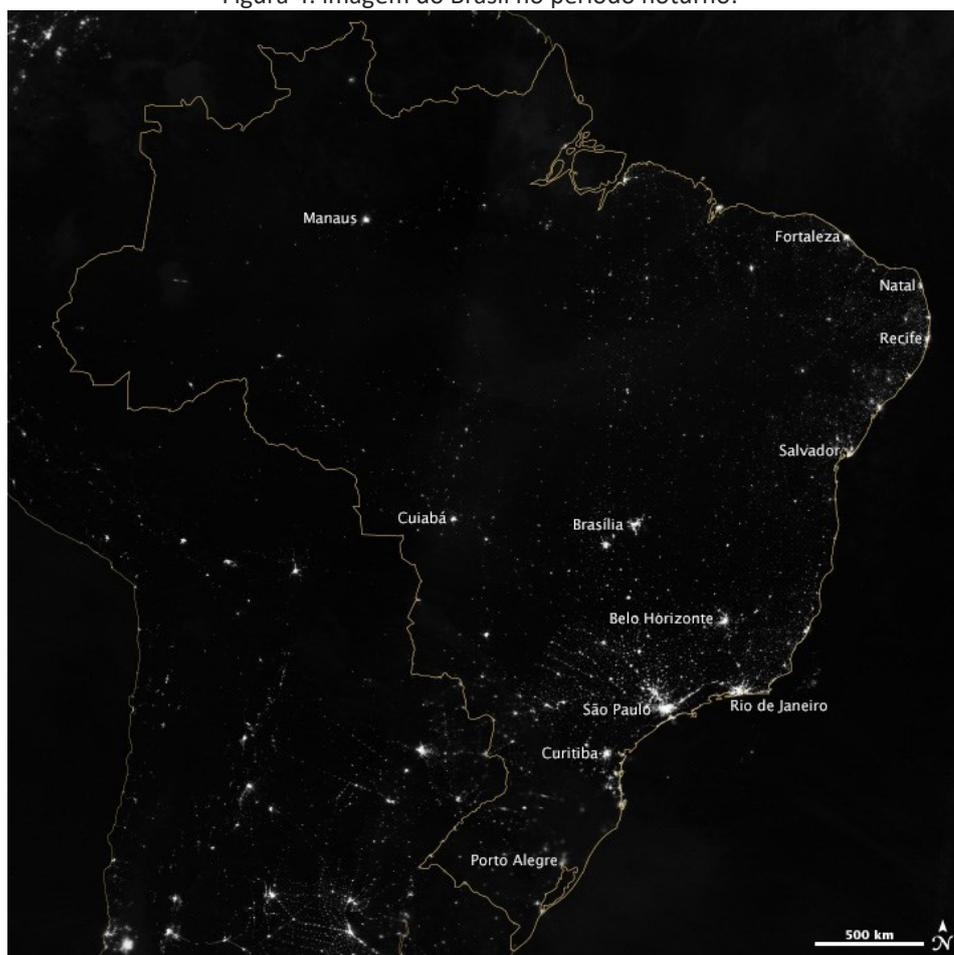
(MOURA, 2008) a uma leitura dos fluxos, situações e determinações dos conteúdos mercantilistas do espaço geográfico a partir dos usos e abusos dos agentes que atuam sob ele (GALLO, 2011; CATAIA, 2013; SILVEIRA, 2014).

Embora, tenham sido chamados de “territórios rurais e da cidadania” em um momento de aprendizado institucional com a mensuração da pobreza. Evidente se tratar de periferias regionais, pois organizaram o espaço nacional em redes de baixos indicadores socioeconômicos. Lugares onde as intervenções podem ter alterado a pobreza nos anos 2008, criando dinamismos por diferentes em níveis técnicos, informacionais e científicos em relação aos tempos pretéritos e ao que seja o futuro. Mas a questão reside justamente pensar que a pobreza, a desigualdade, a exclusão e a vulnerabilidade retornam ao debate do que seja o Brasil após o governo Dilma. Por isso, sair da categoria do atraso, ou ainda, repensá-la em um campo de pesquisa do que sejam estas periferias definidas a priori pelos dois programas.

Já que o dinamismo da pobreza depende das carências técnicas à modernização veloz como a conhecemos em centros urbanos metropolitanos. Isso, porque, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, ao introduzir técnicas importantes à integração do território – estradas, rodovias, hidrovias, portos, subestações de energia elétrica, infraestruturas de telecomunicações e de acesso a água potável. Abre horizontes às contingências do que é, do que pode ser e do que pode não ser numa abordagem subjetiva do tem em constante mutação.

Além dos programas, pode-se também pensar nas periferias pelo mapa da luminosidade do espaço nacional onde é possível notar manchas de alta densidade técnica e grandes vazios escuros onde estão os territórios de pobreza distante destes centros de poder.

Figura 4: imagem do Brasil no período noturno.



Fonte: Imagem disponibilizada pelo google earthbuilder (2014). Que podem ser acessados no site da Nasa criado para este fim. Disponível: www.nightearth.com. Acessado em agosto de 2019.

Avaliando o discurso teórico e político dos programas, propõe-se que esta categoria conduza o ato de pensar conteúdos e densidades da periferia no campo do pensamento e da análise. Tomado não como uma escala, um dado físico morto, a ser administrado sob a soberania do Estado (CATAIA, 2013). Mas vivo, habitado, usado, praticado à esperança de homens que em meio à hostilidade do espaço aprenderam a sobreviver. E, a sobrevivência é esta ideia a ser pensada como elo entre a escassez e a aprendizagem dos sujeitos dos sentidos e significados da resistência em um espaço mutilado pelas condições ambientais e as ausências: do Estado, dos governos, das agências internacionais e dos agentes não-governamentais. Por isso, a categoria nos leva aos sujeitos que aprenderam a lidar com a mutilação dos direitos, a fome, a seca, a morte e a solidão do mundo.

O esforço ora tratado pressupõe interpretação da escassez e da sobrevivência, formas de resistência à perversidade do mundo. Assim, assume-se o pensamento dos territórios de pobreza, como sendo, uma circunstância dos territórios rurais e da cidadania. A partir do território usado seu fundamento teórico e político ao entendimento de políticas espaciais e do estudo às diferenciações do território em zonas de densidades e de rarefação à clareza de desigualdades territoriais (SANTOS E SILVEIRA, 2016, p. 260). Este esforço se faz necessário considerando avaliações nebulosas em certos trabalhos (como PIORSKI, 2008; RIBEIRO, 2010; TANURE,

2012; SOUSA, 2014; SILVA JÚNIOR, 2015) a respeito do desenho teórico e político do programa territórios da cidadania. Isto é, eles tratam o programa mais como uma política de governo, no contexto das desigualdades regionais, sendo a renda a variável associada à definição de indicadores socioeconômicos, mas praticamente desconsiderando a ausência das técnicas e dinâmicas no interior do espaço geográfico. Portanto, criando indeterminações a entendermos nexos entre política, território e urbanização da pobreza, questões negligenciadas por (Ribeiro (2010), Tanure (2012) e Piorski (2008).

A abordagem da renda e do baixo dinamismo econômico anula desdobramentos da categoria e a capacidade de entendermos processos recentes de regionalização das desigualdades socioespaciais. Prevaecem, assim, compreensões do desenho político institucional, no caso do PTC, e persiste uma abordagem que pesa avanços em termos de formulação e execução (RIBEIRO, 2010; TANURE 2012; PIORSKI, 2008). Desse modo, parece apropriado dizer que os trabalhos supramencionados situam o campo dos desafios, dos limites e avanços do programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por isso, o interesse por este tema, como sendo, uma novidade nos estudos urbanos quanto a história urbana e regional brasileira nos anos 2000. Primeiro, porque os territórios delimitados nos anos 2000 podem ser outros lugares, com novas formas de integração regional, sem deixarem fronteiras da pobreza, pois melhorar um habitat não é desfigurar a pobreza entrelaçada no comportamento espacial, social e político. Segundo, que o fundamento do território usado significa modelar procedimentos de pesquisa sem negar os dados estatísticos, ao contrário, usá-los a identificação de realidades outras com indicadores em comum como nos territórios rurais e da cidadania. Sendo assim, a terceira observação considera o alargamento de os procedimentos à medida que seja possível incluir o sujeito que pesquisa no interior da periferia deixando de ser àquele que olha os usos do território – de longe ou por fora - tornando-se sujeito usando e convivendo com o Outro no território. Isso, leva esta pesquisa a – quarta questão – o pressuposto de que os dados sejam coletados pelo pesquisador no interior dos territórios objetos de estudo trazendo ao debate a importância do Outro numa pesquisa urbana e regional. Dando espaço a quinta questão, o campo onde se planeja ações públicas às intervenções sociopolíticas à urbanização de onde parece surgir ideias de urbanização da pobreza. Sexto, que as políticas espaciais podem ampliar o pensamento de Steinberger (2013), relacionado suas proposições com a eminência de periferias regionais direcionam o estudo urbano-regional ao desvendamento de elementos ainda invisíveis a este campo de pesquisa. Sétimo, esta ampliação conceitual será possível se entendermos os nexos entre intervenções sociopolíticas, urbanização e gestão da pobreza conduzidas pelo “território usado”. Significa abordar questões como: quem usa? Por que usa? como usa? Para que usa? – identificando relações estabelecidas pelos agentes sociais por àqueles que habitam. Ou seja, os estudos urbanos devem entender melhor essas relações constituídas – ao que parece - por discursos de como o Estado usa o território para expressar e garantir sua soberania por uma ação de combate à pobreza entre 2003 e 2016. Isso, pelos pactos socioterritoriais às intervenções sociopolíticas no sentido de incorporar ao território objetos técnicos que alterem sentidos e significados dos

usos no território. Sendo assim, ao reorganizar o território, o Estado promove mudanças de comportamento na vida dos sujeitos que, em alguma medida, passam a usufruir de infraestruturas escassas em relação a suas realidades anteriores. Pressupõe-se que a reflexão iniciada neste artigo chegará ao debate da ação do Estado com a dimensão humana cuja construção simbólica da vida esteve desprovida do acesso a bens e serviços importantes à cidadania. Nisso, ressalta-se que a integração regional com o PAC e outros programas discutida por Bacelar (2013) não exatamente é reflexo de periferias urbanas, mesmo que estas sejam incorporadas a circuitos e circulação, mas não de produção de atividades econômicas.

Assim sendo, elevar essas interpretações por outros campos do conhecimento tratará o debate nos anos 2020 do que fora a urbanização da pobreza a partir dos anos 2000, além de uma possível teoria de periferias regionais.

Regional peripheries in contemporary Brazil

ABSTRACT

This article proposes to think of regional peripheries through the category of poverty territories from rural territories and citizenship. Without denying the past, nor disregarding the present and the future, proposing an emergency exit by questioning statistical data by the concept of territory used proposed by Milton Santos and the recent idea of space policies. Therefore, this article aims to reflect the altered poverty in the interior of Brazil in the 2000s associated with the idea of its permanences and continuities. Organizing a course to the theoretical and methodological thinking about the return of the territory in the first decade of the 21st century revealing other regionalities, such as the regional peripheries.

KEYWORDS: Regionalities; Territories of poverty; Fight against poverty; space policies.

REFERÊNCIAS

Atlas da Vulnerabilidade Social. Disponível: ivs.ipea.gov.br. Acessado em setembro de 2016.

Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível: atlasbrasil.org.br. Acessado em setembro de 2016.

BRANDALISE, Maria de, Fátima. Apresentação. In: CABALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de, Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo, André. (org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. – Recife: Editora UFPE, 2014.

BACELAR, T. A. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: Emir Sader. (Org.). 10 anos de Governos Pós Neoliberais no Brasil. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 157-172. Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – 2011/2014. Piauí. Disponível em < <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/86230257cb6ae610ab2d1b3136c3c3e4.pdf> > Acesso em maio de 2015.

CATAIA, Márcio. Território usado e federação: articulações possíveis. Educação & Sociedade, v. 34, n. 125, 2013.

GROSTEIN, Marta Dora. Periferias metropolitanas em nova escala: um novo ciclo da urbanização em São Paulo. Revista Iberoamericana de Urbanismo, v. 7, p. 33-52, 2015.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, v. 39, p. 155-185, 2012.

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais v.10, n.2 / novembro 2008.

PIORSKI, César, Ricardo, Leite. Desenvolvimento Territorial em Extrema Pobreza: o caso dos territórios rurais dos lençóis maranhenses/Munim. 2008. p.188. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Uberlândia (UFU).

PADILHA, José. Garapa, o retrato polêmico de uma triste realidade. Documento sono, 2009.

PLEIN, Clério. DESENVOLVIMENTO, MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: uma abordagem institucional da pobreza rural. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. v. 1. 290p.

RIBEIRO, Ana, Clara, Torres. Territórios jovens: técnica e modos de vida. Documento sono, 2011.

RIBEIRO, Ana, Clara, Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

RIBEIRO, Ana, Carla, Andrade. Território e políticas Públicas - Revisão Conceitual no Programa territórios da Cidadania. 2010. p.108. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RIZEK, Cibele. Práticas Culturais e Ações Sociais: novas formas de gestão da pobreza. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 1, p. 127-142, 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (2008). Disponível: sit.mda.gov.br. Acessado: fevereiro de 2019.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 141p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008). Territórios da cidadania. Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso: junho de 2019.

SILVEIRA, Maria. Laura. El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo. Revista Geográfica del Sur, v.5. n7. p. 15-34, 2014.

SOUSA, Joceia, Gouveia de. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: o caso do território da Zona da mata Norte - PB. 2014. p.240. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

SILVA JÚNIOR, Joaquim, Alves. Desafios e perspectivas do Programa Territórios da Cidadania: O caso do Território da Cidadania Vale do Ribeira – São Paulo, SP. 189 f. Dissertação (mestrado em Ciência Ambiental) Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4° ed. 8°. Reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María, Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 19° edição. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

STEINBERGER, Marilia (org.). Território, Estado e políticas públicas espaciais. Marilia Steinberger et al – Brasília: Ler Editora, 2013. 328p.

TANURE, T. M. P. Desenvolvimento Territorial Rural: políticas públicas no território da cidadania no noroeste de Minas. 2012. p.240. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Uberlândia (UFU).

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/Ornitórrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Questão Regional: A Hegemonia Inacabada. ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo - SP, v. 7, n.18, p. 43-63, 1993.

VILLAÇA, Flávio. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, SP.: Studio Nobel Editora, 1998. 373p.

Recebido: 24 set. 2021.

Aprovado: 20 out. 2021.

DOI: 10.3895/rbpd.v11n1.10798

Como citar: MEDEIROS, W. S. Periferias regionais no Brasil contemporâneo. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 11, n. 01, p. 95-110, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Wesley da Silva Medeiros

Av. Trab. São Carlense, 400 - Centro, São Carlos - SP

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

